

RECURSO ESPECIAL Nº 1.635.537 - MG (2016/0285649-4)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : HUMBERTO THEODORO JUNIOR
RECORRENTE : ADRIANA MANDIM THEODORO DE MELLO
RECORRENTE : ANA VITÓRIA MANDIM THEODORO
RECORRENTE : HUMBERTO THEODORO NETO
RECORRENTE : JULIANA CORDEIRO DE FARIA
ADVOGADOS : AUGUSTO TOLENTINO PACHECO DE MEDEIROS - MG050741
CLAUDIA FERRAZ DE MOURA - MG082242
MARKOS WENDELL CARVALHO RODRIGUES E OUTRO(S) -
MG112676
RECORRIDO : MARTINS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO S/A
ADVOGADOS : PAULO ROBERTO MIRO DA SILVA - MG024072
LEANDRO RIBEIRO MIRO E OUTRO(S) - MG081543
PAULO ROBERTO MIRO DA SILVA JÚNIOR - MG099254

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE COBRANÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CLÁUSULA *AD EXITUM*. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. OMISSÃO QUANTO À ANÁLISE DE TEMA RELEVANTE PARA A LIDE. RETORNO DOS AUTOS PARA NOVO JULGAMENTO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

HUMBERTO THEODORO JUNIOR e outros (HUMBERTO e outros) ajuizaram ação de cobrança de honorários advocatícios contra MARTINS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO S.A. (MARTINS COMÉRCIO) afirmando que celebraram dois contratos de prestação de serviços e que são devidos os honorários contratuais.

Em primeiro grau, a ação foi julgada improcedente.

HUMBERTO e outros apelaram afirmando que celebraram com a ré dois contratos distintos, sendo um contrato de prestação de serviços advocatícios objetivando o acompanhamento da ação de indenização e outro para a propositura, acompanhamento e elaboração de peças processuais de ação rescisória. Afirmaram que o julgamento favorável dos embargos infringentes interferiu diretamente no julgamento da ação rescisória, esvaziando a causa de pedir, sendo devido o pagamento dos honorários advocatícios.

O Tribunal de origem negou provimento ao recurso em acórdão, assim

ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - CLÁUSULA AD EXITUM - PRESCRIÇÃO - REJEIÇÃO - AUSÊNCIA DE PREVISÃO NO CONTRATO CELEBRADO ENTRE AS PARTES. Estabelecida condição suspensiva através de cláusula exitum, o prazo prescricional se inicia a partir da implementação da suspensão que, na espécie, se deu a partir da celebração do acordo. Ausente a previsão da cláusula exitum e não comprovado nos autos a existência de uma relação única que autorizasse a transposição do sucesso obtido nos embargos infringentes para a ação rescisória, não há falar em sua aplicação (e-STJ, fl. 1.874).

Os embargos de declaração opostos por HUMBERTO e outros foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.893/1.898).

Irresignados, HUMBERTO e outros interpuseram recurso especial com fulcro no art. 105, III, *a*, da CF, sustentando a violação dos arts. (1) 535, I e II, do CPC/73 no que se refere à omissão do Tribunal de origem quanto à motivação para o julgamento de improcedência da ação rescisória e quanto ao pedido sucessivo de redução dos honorários sucumbenciais; (2) a existência de contratos coligados; a impossibilidade de se perder de vista a real intenção das partes no momento da contratação (art. 112 do CC/02); a existência de boa-fé na realização do contrato (art. 421 e 422 do CC/02); e (3) a necessidade de redução dos honorários fixados em 5% sobre o valor da causa, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC/73.

Houve contrarrazões (e-STJ, fls. 1.937/1.3953).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o presente recurso especial foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

(1) Do art. 535, I e II, do CPC/73

HUMBERTO e outros sustentaram a violação do art. 535, I e II, do CPC/73 no que se refere à omissão do Tribunal de origem quanto à motivação para o julgamento de improcedência da ação rescisória e quanto ao pedido sucessivo de redução dos honorários sucumbenciais.

Com razão.

Não obstante a rejeição dos aclaratórios, é possível verificar que no julgamento do recurso de apelação proferido pelo Tribunal de origem foi consignado que não houve a demonstração da existência de uma relação única que autorizasse a transposição do sucesso obtido nos embargos infringentes para a ação rescisória e que esta ação era mais ampla que a outra, fazendo-o nos seguintes termos:

No caso dos autos, inequivocamente mostrou-se exitosa, para o cliente, no campo patrimonial, os serviços advocatícios prestados nos embargos infringentes interpostos contra a decisão proferida na liquidação de sentença prolatada nos autos da ação de indenização, transitados em julgado em 16/04/2001, tanto assim que a indenização foi reduzida do patamar de R\$ 1.950.857,14 para R\$ 113.469,84, tendo sido realizado posterior acordo no valor total de R\$ 300.000,00.

A controvérsia se restringe à aplicação ou não da cláusula 3.1.3 do contrato nº CVH 285/98 à espécie, eis que a cláusula "ad exitum" foi prevista apenas para ação rescisória.

Nesse ínterim, analisando detidamente os autos, verifico que a sentença é irretocável.

A meu ver, os apelantes não lograram êxito em demonstrar a existência de uma relação única que autorizasse a transposição do sucesso obtido nos embargos infringentes para a ação rescisória, ônus que lhes competia, a teor do disposto no art. 333, I do CPC.

Como bem salientou o Juízo, a ação rescisória era mais ampla que os embargos infringentes. Enquanto estes buscavam a prevalência do voto minoritário que reduziu a indenização para o importe de R\$ 113.469,84, com base na diferença de valores passíveis de contratação do seguro de responsabilidade civil e valores efetivamente pagos, a ação rescisória objetivava a alteração do critério utilizado para fins de fixação do dano moral. Tal fato, inclusive, é corroborado pela rejeição, na própria ação rescisória, da preliminar de perda do objeto suscitada em razão do acolhimento dos embargos infringentes (fl. 182).

A própria diversidade de contratos e cláusulas relativas ao valor dos honorários advocatícios comprova a tese de que se tratava de objetos distintos. Enquanto o contrato CVH 285/98 - relativo à propositura e acompanhamento da ação rescisória - previa, além da cláusula ad exitum, o pagamento de R\$ 19.000,00, 05 dias úteis após a assinatura do contrato, R\$ 500,00, após o

recebimento do trânsito em julgado e arquivamento do processo; o contrato CVH 278/98 - celebrado com o intuito de acompanhar a ação de indenização ajuizada por Márcia Valéria Olivotti Bayão - previu o pagamento de R\$ 9.500,00 após o recebimento do contrato assinado, R\$ 500,00 após o recebimento do trânsito em julgado da decisão [...] (e-STJ, fls. 1.879/1.880 - sem destaque no original).

Contudo, o Tribunal de origem deixou de se manifestar quanto ao pedido sucessivo de redução dos honorários advocatícios fixados na origem, não obstante a oposição dos aclaratórios quanto ao tema.

É condição *sine qua non* ao conhecimento do especial que a questão de direito ventilada nas razões de recurso tenha sido analisada pelo acórdão objurgado.

Assim, recusando-se a Corte de origem a se manifestar sobre a questão federal, terminou por negar prestação jurisdicional.

A propósito, cite-se o precedente abaixo:

RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE NÃO SE MANIFESTOU SOBRE PONTO RELEVANTE PARA O DESATE DA CONTROVÉRSIA. OFENSA AO ART. 535 CONFIGURADA. TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL. REGULARIDADE.

1. Muito embora o acórdão recorrido tenha afastado uma a uma as preliminares arguidas pela recorrente, silenciou quanto a ponto fundamental ao desate da controvérsia no mérito, qual seja, a ocorrência de mora do devedor, apesar de instado a fazê-lo em sede de embargos de declaração, o que caracteriza violação ao art. 535, II, do CPC.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.187.807/AM, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. 21/6/2012, DJe 28/6/2012)

É medida de rigor, portanto, o retorno dos autos à instância ordinária para que sane o referido vício.

Fica prejudicada a análise das demais violações apontadas.

Nessas condições, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que analise o pedido de redução dos honorários de sucumbência fixados na sentença, como entender de direito.

Adverta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

